

SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE – COMPREENDER O PASSADO PARA CONSTRUIR ESTRATÉGIAS PRESENTES DE TRANSFORMAÇÃO DO FUTURO

Data de submissão: 07/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Lorhana Luiza Lopes

Assistente Social, Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS)

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Assistente social, doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora, Mestra pela mesma instituição

RESUMO: O objetivo do presente artigo é buscar compreender algumas aproximações do Serviço Social com o pensamento e a prática de Paulo Freire a fim de contribuir com estratégias para um exercício crítico e criativo da profissão. Este trabalho está amparado em produções que versam sobre a teoria marxista e os fundamentos sócio-históricos da profissão. Tratando-se, assim, de uma pesquisa bibliográfica, cujas conclusões apontam para a importância de articulação entre luta política e reflexão

teórica, apostando na atualização da Educação Popular, como um dos meios para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Paulo Freire, Educação Popular.

ABSTRACT: The objective of this article is to seek to understand some approaches of Social Work to Paulo Freire's thought and practice in order to contribute with strategies for a critical and creative exercise of the profession. This work is supported by works that deal with Marxist theory and the socio-historical foundations of the profession. Therefore, it is a bibliographical research, whose conclusions point to the importance of articulation between political struggle and theoretical reflection, betting on the updating of Popular Education, as one of the means to face the contemporary challenges of the profession.

KEYWORDS: Social Work, Paulo Freire, Popular Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns elementos que possam se fazer relevantes para a apreensão da

relação do Serviço Social brasileiro com o pensamento fundado e a prática desenvolvida por Paulo Freire, no período de renovação da profissão, especialmente através da intenção de ruptura com o tradicionalismo, a partir dos anos de 1970. Nesse quadrante histórico tal aproximação foi possível devido às movimentações políticas, sociais e culturais ocorridas no embate que se travava entre o regime ditatorial instalado em nosso país desde 1964, e as variadas expressões de resistência que despontavam em vários cantos do Brasil, como flores que nascem no asfalto.

Foi nesse contexto de repressão e resistência que o pensamento e a prática freirianas foram se constituindo enquanto bases para algumas experiências de educação popular que se destacaram no continente latinoamericano. Experiências como processos de alfabetização que foram desenvolvidos no nordeste brasileiro, articulando o ensino da leitura formal das palavras com o desvelamento e a compreensão das relações sociais constituídas em nossa sociedade, demonstraram a potencialidade da educação popular para a conformação de uma consciência crítica junto à classe trabalhadora.

Nesse mesmo período histórico, o Serviço Social – uma profissão que surgiu no Brasil na década de 1930, se institucionalizou nos anos de 1940 e vivia um intenso processo de renovação a partir de 1960 – começou a se aproximar e se apropriar de debates importantes construídos no campo da esquerda latinoamericana. Entre esses debates encontravam-se produções que se constituíam no vasto campo do pensamento marxista, fosse em articulação com o importante movimento católico da Teologia da Libertação, fosse pelas vias mais tradicionais, em diálogos com campos constituídos por partidos políticos e sindicatos operários em atividade na época. Mas, no Brasil, em especial, nos chama a atenção também a aproximação que ocorreu entre a nossa profissão e a pedagogia freiriana no contexto assinalado.

Essa aproximação se evidenciou no processo de constituição da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, expressando-se, ao longo dos anos de 1970, especialmente a partir da conformação do que se chamou “Método BH” – 1972. Os reflexos dessa experiência se desdobraram sobre o Serviço Social no decorrer da década de 1970 e na década seguinte – os anos de 1980 – através de disputas políticas em congressos da categoria; em suas entidades representativas; por meio da reorganização do currículo mínimo para os cursos superiores; no avanço teórico-metodológico de nossa produção intelectual; na revisão do Código de Ética Profissional; entre outras questões que possibilitaram o despontar de um novo projeto ético-político para essa profissão ancorado no campo do pensamento marxista.

Diante do exposto nestas linhas introdutórias, nos propomos a apresentar, dentro dos limites deste artigo, alguns pontos centrais para a reflexão sobre esta aproximação entre Serviço Social e Paulo Freire. Para isso, iniciaremos trazendo à tona algumas questões reflexivas sobre a gênese do Serviço Social no Brasil e o que consideramos serem os seus fundamentos sócio-históricos – enquanto elementos que ainda hoje tornam essa profissão

necessária em nossa dinâmica societária. Em seguida vamos discorrer brevemente sobre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, com foco na intenção de ruptura e sua aproximação com experiências que dialogaram com a pedagogia freireana. Para, por fim, destacar alguns limites e também potencialidades do encontro que se deu entre o Serviço Social e o pensamento de Paulo Freire, no período histórico anteriormente demarcado, de modo a identificar e resgatar sua contribuição para os objetivos que esta profissão ainda se propõe na atualidade.

A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SEUS FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Para a apresentação do tema proposto neste artigo, faz-se necessária uma breve exposição reflexiva sobre a gênese do Serviço Social, para tratarmos especialmente do que convencionamos chamar de seus fundamentos. Em nossa análise, estamos partindo do entendimento de fundamento como algo que funda, inaugura, provoca a existência e, portanto, oferece suporte ao que se desenvolve. No caso do Serviço Social, os seus fundamentos, ou seja, os fenômenos que permitem o surgimento dessa profissão, encontram-se incrustados na realidade sócio-histórica de nosso país, no contexto do primeiro quadrante do século XX. Por isso, a intenção aqui não é analisar o Serviço Social tendo como “pano de fundo” um panorama histórico. Muito mais do que isso, nossa reflexão pretende perceber como o movimento da história provoca a conformação do Serviço Social e que respostas foram estrategicamente sendo formuladas pela categoria profissional dos assistentes sociais, diante das configurações sócio-históricas que se forjaram na realidade brasileira.

No entanto, para compreendermos os fenômenos que permitem e provocam a gênese do Serviço Social no Brasil, faz-se necessário apreender a realidade brasileira e as particularidades que foram se moldando por meio da conformação do modo de produção capitalista em nosso país.

A constituição do modo de produção capitalista, em nosso país, ocorreu sobre as bases da ordem econômica patrimonialista associada à organização de um Estado nacional sustentado nos ideais da Independência, influenciado pelos princípios liberais formais, articulado ao desenvolvimento de um novo padrão de civilização advindo do mundo ocidental moderno (Fernandes, 1976).

O capitalismo à brasileira se desenvolveu tendo como seu núcleo de sustentação um mercado interno voltado para a exportação, não para o consumo próprio. A inserção da economia brasileira no mercado internacional redimensionou a centralidade do comércio para a centralidade da indústria. Isso fez com que a economia estivesse voltada para as necessidades internacionais e não para o desenvolvimento do próprio país.

Nessa esteira, a abolição do processo de escravização dos povos africanos

configurou-se como o último ajuste necessário para o processo de mercantilização das relações sociais, no Brasil: a transformação da força de trabalho em mercadoria que se compra e que se vende (Prado, Jr. 1968). Assim, na passagem do século XIX para o XX, começou a se constituir em nosso país uma classe trabalhadora que impulsionou o surgimento de movimento operário responsável pelas rebeliões ocorridas nas décadas de 1910 e 1920¹.

Para “impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio”, a elite lançou mão das mais variadas estratégias de dominação, recorrendo ao “mandonismo, ao paternalismo, ao ritualismo eleitoral, à manipulação dos movimentos políticos populares e ao condicionamento estatal do sindicalismo” (Fernandes, 1976, p. 208). Assim, parte da burguesia brasileira, já em fins de 1910, contrariando os princípios liberais, “clamava pela regulação do Estado, no sentido de controlar os trabalhadores e possibilitar de maneira ótima a acumulação” (Moraes, 2011, p. 46).

Entre os anos de 1931 e 1935, os trabalhadores organizaram novos movimentos grevistas e esse período ficou marcado por uma intensa atuação do movimento sindical. Praticamente todas as reivindicações que os trabalhadores apresentaram ao governo, nesse momento, foram incorporadas em leis, posteriormente, por Getúlio Vargas².

A partir de 1937, fez parte da agenda de governo de Getúlio Vargas o incentivo econômico às demais oligarquias agrárias, o estímulo à industrialização do país, a regulação do trabalho livre assalariado e o enfrentamento da “questão social” por meio de iniciativas políticas – “até então vista exclusivamente como questão de polícia”³ (Behring; Boschetti, 2009, p. 106).

A conjuntura sociopolítica e econômica desse momento histórico exigia do Estado a criação de mecanismos de socialização do proletariado. Demandava a criação de instituições que pudessem não apenas treinar e qualificar a mão de obra operária para o trabalho fabril, mas, especialmente, moldar física e psicologicamente esses trabalhadores às normas e rotinas industriais. Pois, segundo Yamamoto e Carvalho (2003, p. 136), as necessidades industriais chocavam-se com o despreparo da força de trabalho disponível, “do homem comum” recrutado para as atividades industriais⁴.

1 Já nesse período, segundo Mazzeo (1999), encontramos movimentos grevistas de caráter operário, especialmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. No final do século XIX foram criadas as primeiras entidades organizativas dos trabalhadores e em 1906 aconteceu o primeiro Congresso Operário Regional Brasileiro, organizado pelo movimento operário revolucionário – direcionado por anarquistas. Na primeira década do século XX foram deflagrados cento e onze movimentos grevistas nas mais variadas regiões do Brasil. E apenas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, nos anos de 1917 a 1919, aconteceram mais de duzentas greves pautando as mais variadas reivindicações (Moraes, 2011).

2 “Em 1940, é implementado o salário-mínimo e, em 1943, temos a formalização da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), depois de quatro anos do início de sua elaboração” (Moraes, 2011, p. 60).

3 Não que Vargas não tenha também enfrentado com força e repressão policial os segmentos mais radicais do movimento operário que opunham-se ao seu governo. Mas, ele soube combinar essa atitude com uma grande iniciativa política: “(...) a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares” (Behring; Boschetti, 2009, p. 106).

4 “Na medida em que se trata de uma ou duas gerações recém-integradas ao trabalho fabril, para as quais as formas de existência a que a industrialização capitalista sujeita o proletariado ainda não foram interiorizadas como naturais e imanentes, torna-se necessária uma ação externa que complemente a coerção existente no nível das relações de

Nesse sentido, constituiu-se a demanda para a profissão, pois surgiu a necessidade de se ter um profissional que pudesse atuar diretamente junto desses trabalhadores – e de suas famílias – auxiliando-os a organizar sua rotina, seu lar, de acordo com os recursos disponíveis. Aos assistentes sociais foi dada a “missão” de “elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial” (Iamamoto; Carvalho, 2003, p. 138).

Nasce, assim, o Serviço Social, no Brasil, de maneira extremamente articulada a uma macro estratégia sócio-política estatal e a uma ação tática e doutrinária da Igreja Católica, exercendo um trabalho social com inegáveis efeitos políticos (Castro, 2006) que atendem muito bem aos interesses burguês-industriais.

Com isso, podemos considerar que os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social consistem no determinado tratamento que se dá às expressões da “questão social” (Iamamoto; Carvalho, 2003) em um determinado momento histórico preciso que, mundialmente, se caracteriza pelo período monopolista (Netto, 1992) e, especificamente no Brasil, se constitui na “Era Vargas”. Estão, portanto, enraizadas na realidade concreta as bases fundantes de nossa profissão, os fundamentos que propiciam a sua gênese e ainda hoje a tornam necessária.

Nessa perspectiva, os fundamentos não se confundem com as fundamentações teóricas – as variadas matrizes de pensamento – que servem à esta profissão ao longo do seu desenvolvimento. Assim, diversos campos do pensamento vão oferecer subsídio teórico ao Serviço Social em diferentes momentos de sua história. É a partir dessas fontes teóricas que se busca a compreensão da profissão e a explicação da realidade sobre a qual o assistente social irá intervir. Estas diferentes matrizes de pensamento, no entanto, não alteram os fundamentos da profissão, algumas delas nem se preocupam em compreendê-los de fato.

Deste modo, temos certo que o único referencial teórico-metodológico capaz de descortinar a realidade e nos revelar concretamente os fundamentos do Serviço Social se constitui na teoria social de Marx. Sendo assim, para apreender esses fundamentos foi necessário apropriar-se do pensamento marxista, especialmente da produção marxiana, que pressupõe três dimensões indissociáveis: o método, a teoria do valor-trabalho e a dimensão revolucionária. Sendo que método e teoria do valor-trabalho se justificam pela perspectiva da revolução.

Apenas o campo do pensamento marxista se mostra capaz de desvelar a essência da “questão social”, que se constitui historicamente enquanto um conceito mistificador⁵, trazendo à tona que a sua raiz se encontra na contradição entre capital e trabalho. Essa reflexão nos permite situar a rebeldia enquanto elemento intrínseco à esta “questão social”.

produção e dos mecanismos extraeconômicos que se estabelecem no interior da empresa a partir desse âmbito” (Iamamoto; Carvalho, 2003, p. 137).

5 Netto, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

E isso pode nos fazer perceber as possibilidades de atuação profissional sobre as suas expressões não no sentido de abafar os conflitos, mas de potencializar as resistências. É nesse caminho que podemos construir ações que venham a contribuir nos processos políticos em curso, tendo em vista que a pobreza é o elemento aparente, mas a sociedade baseada na propriedade privada é o que estabelece essa condição e sem a superação da mesma não há superação das expressões da “questão social”.

Neste sentido, acreditamos que podem existir pistas importantes nos processos de diálogo e aproximação entre o Serviço Social e a pedagogia freireana, para a construção de ações socioeducativas junto aos segmentos da classe trabalhadora com os quais os assistentes sociais trabalham. Por isso, nosso objetivo nos itens que se seguem será apresentar brevemente alguns elementos da aproximação de nossa profissão com o pensamento de Paulo Freire, no momento de constituição da intenção de ruptura no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. E, por fim, trazer algumas reflexões de como estas pistas podem nos ajudar a pensar os desafios contemporâneos.

O Serviço Social em diálogo com a pedagogia freireana

O diálogo que se estabeleceu entre assistentes sociais e as experiências de educação ancoradas na pedagogia de Paulo Freire só foi possível por conta do desenvolvimento da intenção de ruptura enquanto uma das vertentes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, nos anos de 1970.

A gênese do Serviço Social, como vimos anteriormente, foi permeada, e até mesmo determinada, por elementos conservadores. O pensamento que oferecia suporte a esta profissão e as práticas que eram desenvolvidas no âmbito do Serviço Social tradicional estavam atrelados a um projeto de manutenção da ordem social burguesa. O avanço do entendimento crítico desta profissão só foi possível com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, através da vertente denominada por Netto (2015) da intenção de ruptura que emergiu no círculo universitário.

Como aponta Netto (2015), foi na universidade que esta vertente ganhou força, pois esse era o espaço que ainda desfrutava de um pouco de autonomia, o que garantiu que a intenção de ruptura, ainda que com limitações, pudesse se desenvolver. Posto que os demais espaços ocupacionais colocados para a profissão, sobretudo empresas privadas e Estado, encontravam-se extremamente limitados e vigiados naquele contexto ditatorial.

Netto (2015) ressalta que a singularidade do processo de intenção de ruptura reside em sua dimensão ideopolítica, uma vez que seus ideais confrontam-se com o projeto de autocracia burguesa hegemônico em nosso país naquele contexto. Esse é o elemento que a distingue das demais vertentes⁶ de renovação da profissão no país. Sendo assim, a intenção de ruptura representou uma produção rica e complexa no campo

⁶ Perspectiva modernizadora e a Reatualização do conservadorismo.

teórico-metodológico, mas sua magnitude evidencia-se pela aproximação com as pautas dos movimentos populares, fundamentando a produção teórica com estratégias e táticas político-profissionais, vinculando-se a projetos societários revolucionários.

Destaca-se, nesse período, as greves de trabalhadores de Pernambuco, em 1963. A primeira com 85 mil grevistas e a segunda com 230 mil grevistas (Weffort, 1967). Além disso, o movimento de educação foi uma das várias formas de mobilização e conscientização das massas que ganhou centralidade no Brasil, atrelado ao crescente processo de participação popular, destacando-se o papel central dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nessa conjuntura, foram organizadas diversas campanhas de alfabetização por iniciativas da Igreja, de movimentos sociais e institucionais, sobretudo no nordeste, cuja expressão da desigualdade social e regional era mais evidente. Cerca de 15 milhões de nordestinos e nordestinas eram analfabetas/os numa população de 25 milhões de habitantes (Weffort, 1967).

Nesse momento, Paulo Freire, que já se valia de relevante experiência com a educação de jovens e adultos, desenvolveu uma abordagem que ganhou notoriedade internacional, ao alfabetizar cerca de 300 trabalhadoras e trabalhadores em, aproximadamente, 45 dias. Este processo de alfabetização guardou elementos fundamentais para a constituição de uma nova prática e concepção de educação, que tem se desenvolvido, historicamente, como um dos fundamentos da educação popular.

Paulo Freire foi demandado, institucionalmente, por veículos de fomento ao “progresso”, vinculados ao projeto desenvolvimentistas do país. O “progresso”, naquele momento, estava também atrelado à educação, à cidadania e à participação popular que seriam elementos necessários para inserção do povo na via política - através do **voto**.

No entanto, ainda que com as limitações impostas pelo período histórico, o processo de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire superou as demandas institucionais ao construir recursos e procedimentos metodológicos que foram caminhos importantes para um exame crítico da realidade. A partir da bagagem intelectual que detinham, do universo cultural próprio dos alfabetizandos, ele conseguiu estimular um processo de conscientização, de construção de nexos causais que fomentou a mobilização popular em torno das necessárias lutas por mudanças sociais.

Foi nesse contexto que se consolidou a aproximação do Serviço Social com Paulo Freire, sobretudo por meio da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE). A ESSPE foi a terceira escola de Serviço Social a ser criada no país, em 1940, depois do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1971 ela foi incorporada à Universidade Federal de Pernambuco. Nessa Escola, Freire atuou como docente entre 1950 e início dos anos de 1960, ministrando a disciplina de “Pedagogia e Relações Humanas”. Foi nessa escola que se deu o momento inicial de sua produção intelectual (Soares, 2022, p. 9).

Essa primeira aproximação de nossa profissão com a pedagogia freiriana representou

um avanço quando o parâmetro é o Serviço Social tradicional. Esse diálogo foi importante para a construção de uma proximidade com os movimentos sociais e com as contradições da realidade brasileira.

No entanto, segundo Soares (2022), o que se consolidou como hegemônico no Serviço Social, naquele momento, foi uma atuação profissional voltada para o trabalho com grupos e comunidades em uma perspectiva desenvolvimentista. Não conseguindo contribuir, de fato, para o fomento da organização popular e para o processo de conscientização, focando na “responsabilização dos grupos e comunidades pela efetivação do “bem-estar” oferecido, e para dar respostas, através da intervenção profissional, que acelerasse o projeto desenvolvimentista” (Soares, 2022, p. 82).

O limite posto nesta experiência parece ter sido o de não conseguir superar o elemento mistificador da “questão social” – apontado por nós no item anterior deste trabalho. Nesta perspectiva, o Serviço Social acaba por contribuir com a lógica de que os sujeitos sociais são responsáveis por sua própria condição de subalternidade. Não conseguindo avançar no processo de conscientização que é a base da educação popular e da pedagogia proposta por Freire.

No que concerne à experiência construída na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), desenvolvida a partir de 1972, ficando conhecida como “Método BH”, podemos apontá-la como uma estratégia político-profissional elaborada por um grupo de assistentes sociais comprometido com a tentativa de rompimento com as bases tradicionais da profissão. Com esse intuito, esse grupo de profissionais buscou referências teórico-metodológicas marxistas, seguindo o caminho inicialmente construído pelo Movimento de Reconceituação⁷.

Suas formulações assentaram-se nas primeiras aproximações da profissão aos aportes da tradição marxista e da interlocução com outras áreas de conhecimento, aliada à perspectiva de compromissá-la aos interesses e às lutas das classes subalternas sob os ecos do Movimento de Reconceituação na América Latina (Batistoni, 2021, p. 72).

Desse modo, podemos afirmar que a experiência da ESS/UCMG tornou-se um marco na profissão, pois foi o início da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista no Brasil. Além disso, sua relevância deu-se pela aproximação que se consolidou com as Ciências Humanas; pela incorporação de docentes do núcleo de Ciências Sociais ao curso de Serviço Social; pela aproximação com o método básico chileno, expresso no conteúdo ministrado na disciplina de “Desenvolvimento de Comunidade”; na coordenação de estágios; na atuação orgânica junto ao movimento estudantil, vinculado à Juventude

7 “É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai so-correr-se da tradição marxista – e o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco” (Netto, 2015, p. 148).

Universitária Católica (JUC); e na militância na Ação Popular (AP) que, além da politização dos processos educacionais, traziam as experiências do trabalho de comunidade, educação e cultura popular (Batistoni, 2021).

Mas, esta experiência também nos revela aproximações com o pensamento freiriano.

No projeto da ESS/UCMG, à semelhança das demais experiências de Reconceituação latino-americana, também se registra a influência de Paulo Freire. Esta, contudo, vai além de uma simples incorporação de suas ideias como uma pedagogia e, na verdade, se constitui mais como uma teoria do conhecimento ou uma epistemologia, coadunando-se a outras interlocuções, ainda que aparentemente paradoxais, expressas no projeto da Escola (Batistoni, 2021, p. 84).

A aproximação da ESS/UCMG com o pensamento freireano tinha como premissa a busca metodológica por uma leitura da realidade brasileira. No entanto essa interlocução desdobrou-se em equívocos, como apontado por Batistoni (2021) ao se referir sobre o projeto da Escola que

Considera que o objeto da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida”, incorrendo em um simplismo teórico com desdobramentos práticos para o exercício profissional [...]. Esse objeto estava conectado ao objetivo meta “a transformação da sociedade e do homem”, através de objetivos meios, a conscientização, a capacitação e organização (Batistoni, 2021, p. 84).

Desta maneira, essa aproximação acabou contribuindo para a atualização de tendências messiânicas no Serviço Social. Isso porque ao reduzir a exploração do capital pelo trabalho ao elemento político da opressão, reduz-se esse processo a um elemento mistificador que vai de encontro ao que estava sendo gestado como salto qualitativo na análise do objeto da profissão (Batistoni, 2021).

Assim, a experiência da ESS/UCMG, bem como da ESSPE, apresentadas aqui como recortes específicos devido às limitações deste trabalho, são expressões dessa rica e contraditória aproximação do Serviço Social com a teoria e a prática de Paulo Freire. São aproximações limitadas devido às condições históricas postas de um momento que era também primário das formulações freirianas, mas que portam indicações de possibilidades que precisam ser revistas, revisitadas e resgatadas para a construção de diálogos mais aproximados entre assistentes sociais e os segmentos com os quais trabalha.

À GUIA DE CONCLUSÃO – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O caminho central que tem nos guiado neste debate, comunga com o que Mota e Rodrigues apontaram (2020), no desafio do presente de conjugar a luta política com a reflexão teórica. Nesse sentido, apostamos na educação popular, enquanto ferramenta que auxilia uma estratégia determinada, que não se reduz a euforia do participativo, de

dinâmicas e exercícios sem objetivo determinado, mas trata-se, sobretudo, do instrumento que contribui para o processo de tradução, reconstrução e criação coletiva do conhecimento da realidade que só pode interessar à classe trabalhadora.

Um dos avanços da educação popular foi identificar o silenciamento histórico da classe trabalhadora e sua exclusão dos espaços formais de poder. Diante disso, elaborar procedimentos pedagógicos como forma de contrapor este silenciamento, criando espaços fundamentados pelo e para o diálogo nos parece relevante.

O diálogo pressupõe uma relação democrática entre os envolvidos, “educandos” e “educadores”, considerando a bagagem intelectual de cada um e criando formas de potencializá-las para uma leitura crítica da realidade. Com isso, convoca os sujeitos para o movimento, para o agir consciente sobre esta realidade, e não serem apenas espectadores dos acontecimentos.

Apresenta-se esse elemento tendo em vista que o projeto da condição de dependência desenha um contorno específico das classes sociais e uma forma particular de luta no país. A burguesia no Brasil não foi o sujeito revolucionário que trouxe consigo um projeto nacional e democrático pautado em reformas básicas para a consolidação do capitalismo. Ao contrário, seu projeto de modernidade optou pela manutenção de uma estrutura central de poder, sendo sustentado pelo autoritarismo e pelas desigualdades regionais do país (Fernandes, 1976).

O centro desse projeto se perpetua e se atualiza na realidade brasileira. Em tempos recentes houve a tomada de poder pelo projeto de extrema-direita que previa a miséria humana em todas as suas esferas. Houve, com isso, um processo de descenso da luta de classes, com a criminalização e perseguição dos movimentos sociais e partidos de esquerda, que ainda estão tentando retomar o fôlego. Além da descredibilização da educação, da ciência e o avanço do extremismo religioso.

Uma conjuntura de abissal desigualdade social, aprofundada no período da pandemia, com trabalhos cada vez mais precarizados e uma massa crescente de desempregados. Com isso, o Serviço Social lida com políticas sociais cada vez mais focalizadas e um campo de autonomia ainda mais restrito. Nesse sentido, evidencia-se um retrocesso no entendimento da “questão social” no campo conservador, na atual conjuntura, que põe em jogo os avanços da categoria obtidos nas últimas décadas.

O pragmatismo e a imediaticidade são características históricas do exercício profissional de assistente sociais, mas o desafio atual consiste em não se limitar a elas. Ao Serviço Social demandam-se cada vez mais resultados imediatos, o que demonstra a prevalência de uma compreensão sobre a profissão, em nossa sociedade, ancorada em uma visão pragmática e espontaneísta.

[...] por isso, a construção de estratégias e táticas pode ser um instrumento de suspensão desse cotidiano para que o assistente social possa estabelecer em seu exercício profissional elementos que ultrapassem a rotina por vezes

burocratizante das instituições. É nesse sentido que a própria formulação de táticas e estratégias de intervenção profissional pode se constituir numa importante estratégia de defesa de nosso projeto ético-político (Paula, 2016, p. 190)

Diante disso, reforçamos a aposta na educação popular como meio de fortalecer o projeto ético-político combinando o aprofundamento teórico, da leitura da realidade brasileira, com ações cotidianas que ultrapassem o imediatismo. Através, por exemplo, da elaboração de propostas de trabalho que contraponham ao silenciamento histórico da classe trabalhadora, participando e construindo com os sujeitos os espaços de controle social, como forma de aprofundamento da democracia, de ocupar espaços decisórios e fomentar a participação política mais ampla.

Enxergar os desafios postos no cotidiano por meio de uma leitura mais abrangente da realidade que nos revela as suas contradições – o que só o campo do pensamento marxista é capaz de nos oferecer –, potencializa o sentido de pertencimento de classe. Esse movimento pode impulsionar o desejo de mudança e um maior envolvimento com bandeiras de luta mais amplas, potencializando processos de mobilização e organização popular. Através desse processo, vai se forjando um novo olhar sobre a realidade, sobre si mesmo, construindo simultaneamente mudanças concretas na realidade ao passo que se moldam novos valores.

Desse modo, portanto, apostamos na importância de debruçar um olhar crítico e investigativo nas obras de Paulo Freire, mas articulado ao estudo de outros pensadores que possibilitem ter uma perspectiva mais ampla dos desafios da educação popular no Brasil e na América Latina.

Um grande desafio teórico-metodológico colocado para a Educação Popular indica um cenário esgotado, no que diz respeito às análises fragmentadas, temáticas, parciais, pragmáticas e/ou idealizadas. O tempo presente requer análises que recuperem o ponto de vista da totalidade e da historicidade, rearticulando conhecimento teórico e prática política, fortemente alicerçada na firmeza da convicção de que a “lógica do capital é irreformável” e na necessidade de construção do novo modo de produção, a sociedade sem classes (Paludo, 2015, p. 234).

Diante disso, percebemos que dialogar sobre educação popular, enquanto um campo prático e teórico, cabe situá-la em seu tempo histórico, pois responde a questões específicas de um determinado momento da história da América Latina e do Brasil. No entanto, têm elementos que transcendem aquela conjuntura, dizendo respeito a questões estruturais, desafios ainda candentes em nossa realidade social o que justifica aprofundar sua análise ainda hoje.

Por isso, o presente trabalho buscou traçar, em linhas gerais, os desafios da articulação do Serviço Social com a pedagogia freiriana. Não trata-se de uma vistoria minuciosa deste passado, mas da tentativa de demonstrar que esta aproximação inicial

esteve permeada de desafios, limitada tanto para a profissão, que estava experimentando um primeiro movimento de renovação que, por si só, já abarcava um número significativo de descompassos, quanto para uma produção intelectual de Freire que estava em sua fase primária, ainda sem o acúmulo de experiências posteriores que adensariam suas formulações.

Diante disso, apostamos na importância de revisitar e atualizar, por uma perspectiva crítica, as aproximações com educação popular como ferramenta para contribuir na superação dos desafios atuais colocados para a profissão. Sendo assim, sua importância se justificaria ainda pelo compromisso em desvelar o processo que constitui a “questão social”. A necessidade de recuperar a dimensão da luta de classes, da resistência, da mobilização, tendo em vista que o fundamento das expressões da “questão social” está no âmbito da economia política, mas o seu tratamento tem sido pela via do assistencialismo.

REFERÊNCIAS

BATISTONI, M.R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M.V e SANTOS, C.M (Orgs.). A história pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MOTA, A.E e RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: Katálisis, vol 23, n.2.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto. 17. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

PALUDO, Conceição. In: Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Considerações finais. In: PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Estratégias e táticas - reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen, 2016.

SOARES, Luanna Barbara Cavalcanti. Paulo Freire e a Escola de Serviço Social de Pernambuco [livro eletrônico] / Luanna Barbara Cavalcanti Soares. --1. ed. - Recife, PE: Editora da Autora, 2022.

WEFFORT, F. Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. Prefácio. In: FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.